

Sai a radiografia dos subsídios

**Tesouro gastará em 88
Cz\$ 370 bilhões com
16 formas encontradas
na Operação Desmonte**

JORGE ROSA

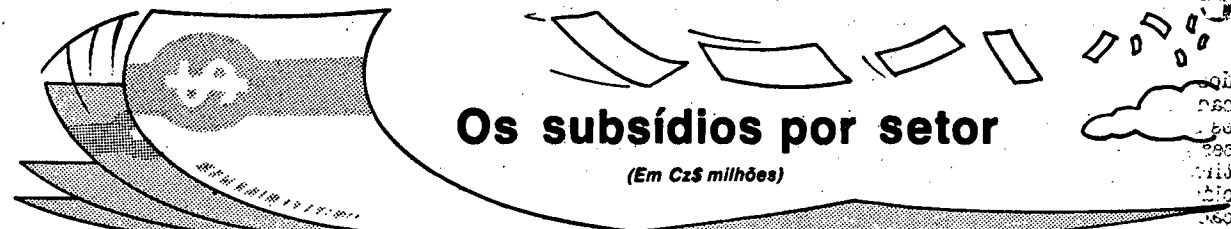
BRASÍLIA — A Operação Desmonte conseguiu identificar 16 formas de subsídios que oneram o Tesouro Nacional e contribuem para aumentar o déficit público. Só este ano, os dispêndios com esses subsídios serão de quase Cz\$ 370 bilhões, o equivalente à metade do valor economizado pelo governo com o congelamento das URPs em abril e maio. O próprio ministro do Planejamento, João

Batista de Abreu, não sabe quais subsídios vão desaparecer no próximo ano, frente às inúmeras sugestões feitas pelos técnicos do seu ministério e do Ministério da Fazenda.

Certo, até agora, é acabar com os subsídios para indenização por retificação de lavra (este ano consumirão Cz\$ 2,602 bilhões) e o subsídio concedido ao consumo do trigo (com uma economia de Cz\$ 10,6 bilhões — a preços de junho). O governo não tem o controle total das contas, como ocorre com a cobertura do diferencial entre receitas conseguidas internamente com aplicação de recursos externos. O Ministério da Habitação e Urbanismo não soube informar os dados solicitados pelos técnicos responsáveis pela Operação Desmonte, mas sabe que em 1989 se-

rão necessários 18,224 bilhões OTNs (ou Cz\$ 20,7 bilhões a preços de junho).

Embora os técnicos da Seplan e da Fazenda reconheçam a importância dos subsídios para a exportação, como instrumento de estímulo, eles sugerem a redução de 2% para 1% da comissão do banqueiro nacional nos financiamentos ao setor exportador e a redução de 15% para 10% do limite para equalização de taxas de financiamento, conforme estabelece a resolução 950, do Banco Central, de 22 de agosto de 84. Com essas medidas, esperam reduzir em 32% os dispêndios com subsídios, para este ano estimados em Cz\$ 82,9 bilhões (ou US\$ 516,8 milhões). A economia será de Cz\$ 26,5 bilhões (ou US\$ 353,5 milhões).



Programas/Projetos	Dispêndios Globais	Subsídios
Financiamento da Política de Preços Agrícolas - Preços mínimos	524.028,4	73.490,6
Apoio à pesca de exportação	1.274,6	1.166,3
Refinanciamento de dívidas de micro, pequenas e médias empresas	8.015,0	8.015,0
Financiamento de custeio agrícola e pecuário	723.918,6	24.416,8
Cobertura do diferencial entre receitas geradas internamente com aplicação de recursos externos	26.954,0 (1)	18.787,5
Contribuição ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO)	42.647,5	39.065,1
Ressarcimento parcial de investimentos em projetos de irrigação no Nordeste	1.906,0 (2)	1.906,0
Indenização por retificação de lavra	2.602,2 (3)	2.602,2
Ressarcimento de incentivo sob a forma de "bônus" aos mutuários do SFH	20.336,8 (3)	25.958,8
Cobertura do resíduo resultante de contratos firmados com o SFH	1.295,2 (4)	1.295,2 (4)
(contribuição ao Fundo de Compensação de Valores Salariais - FGVs)		
Política de preço nacional equalizado - açúcar e álcool	42.470,9	42.470,9
Saneamento financeiro de usinas de açúcar e de álcool	10.450,5 (5)	10.480,0
Financiamento da comercialização de produtos agroindustriais - açúcar	91.861,2	12.906,4
Financiamento das Exportações (Finex)	288.587,3	62.955,2
Estoques reguladores	94.910,5	12.623,8
Financiamento da política de preços agrícolas - trigo	318.796,1	10.613,6

(1) Amortização de Dívida Contratada (Interna); (2) Encargos de Outras Dívidas (Internas); (3) Serviços de Terceiros e Encargos/Outros Serviços e Encargos; (4) Dotação Orçamentária a ser cancelada, em face do estabelecido no Decreto-Lei que prevê repasses do OGU somente a partir de 1989; (5) Esse total distribui-se nos seguintes percentuais: 51,7% - Amortização de Dívida Contratada (Externa); 21,8% - Serviços de Terceiros e Encargos/Outros Serviços e Encargos; 19,0% - Juros de Dívida Contratada (Externa); 7,5% - Outros Encargos de Dívida Contratada (Externa).